



Resumo de Notícias

29/01/2016 - TeleSintese

Encolhem os mercados de telefonia fixa, celular e TV paga

Quantidade de acessos móveis caiu mais de 8% no ano que passou, puxada por desligamentos de chips no pré-pago. TV por assinatura teve contração de 2,4%, enquanto a telefonia fixa, de 3,16%.

O ano de 2015 terminou como aquele em que quase todos os serviços de telecomunicações regulados encolheram. Com exceção da banda larga fixa, cujo levantamento de dados para dezembro ainda não foi concluído pela Agência Nacional de Telecomunicações, todos os demais perderam clientes.

O serviço móvel pessoal (SMP) foi o que registrou a maior retração. As operadoras celulares encerraram 2015 com 257,8 milhões de acessos. Número 8% menor que um ano antes. A redução do custo das tarifas de interconexão e aumento do consumo de dados móveis fez as companhias reavaliarem as estratégias, principalmente para o mercado pré-pago. Com preços menores para usar as redes das concorrentes e o consumidor elegendo uma operadora para o acesso à internet, as ofertas pensadas para atender ao mer-

cado de múltiplos chips perderam espaço, gerando desligamentos de acessos pré-pagos.

No mercado fixo (STFC), a retração atingiu as concessionárias. A quantidade de linhas ativas destas empresas caiu 6,4%. Já as autorizadas a prestar serviços de telefonia fixa cresceram 1,8%. No total, o STFC fechou dezembro de 2015 com 43,57 milhões de acessos, uma retração de 3,16% em relação ao ano anterior.

A TV por assinatura também mostrou desempenho negativo. As empresas perderam 2,39% dos acessos em 12 meses, fechando 2015 com 19 milhões. Fatores como desaceleração econômica e pirataria estão entre os motivos do encolhimento. Abaixo, os dados reunidos para dezembro de 2014 e dezembro 2015 nos três segmentos:

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2015	Variação %
Telefonia Móvel (SMP)	280728796	257794644	-8,17
<i>Pré-pago</i>	212930291	184540932	-13,33
<i>Pós-Pago</i>	67798505	73253712	8,05
TV por Assinatura	19518092	19049764	-2,40
Telefonia Fixa (STFC)	45001907	43579833	-3,16
<i>Autorizadas</i>	17807298	18128576	1,80
<i>Concessionárias</i>	27194609	25451257	-6,41

Dados: Anatel



Resumo de Notícias

29/01/2016 - Carta Maior

A saída da crise brasileira está na redução do custo financeiro da dívida

Cottani aponta uma saída para a crise da economia diametralmente oposta à dos ortodoxos tupiniquins e bem mais próxima à dos 'dinossauros' heterodoxos.

Por essa provavelmente os economistas do mercado – os mansuetos, alexandres e pessoas, entre outros – não esperavam e devem estar se sentindo traídos por alguém supostamente integrante de suas fileiras. Em artigo publicado no Valor Econômico, de 28 de dezembro, intitulado “Desequilíbrios da economia pedem medidas inovadoras”, o economista-chefe para a América Latina da Standard & Poor Rating Services, Joaquín Cottani, aponta uma saída para a crise da economia brasileira diametralmente oposta à de nossos ortodoxos tupiniquins e bem mais próxima à de nossos “dinossauros” heterodoxos.

Vinda de Cottani, de quem se poderia esperar uma receita ortodoxa para resolver o problema brasileiro, por pertencer aos quadros da S&P, a proposta surpreende, ao deixar de lado o mantra de ser necessário contar com um superávit primário robusto para melhorar as condições fiscais do Estado, combinando-o com uma elevada taxa de juros para combater a inflação, e deslocar sua atenção para a questão que, para ele, deveria ser atacada de imediato para ambos os problemas: o custo financeiro da dívida pública.

Cottani deixa bastante claro que se continuar insistindo no ajuste primário atual, combinado com uma elevada e crescente, se depender do Banco Central, taxa de juros, esperando que a inflação primeiro caia para só depois se dar início à sua redução, o Brasil não terá como escapar de um crack financeiro, que incluirá uma maxidesvalorização da moeda local, acompanhada da aceleração da inflação e queda ainda maior do PIB, podendo-se gerar uma recessão no país igual ou pior à da Argentina de 2002, quando a contração do produto superou a casa dos 10%.

Essa é a estratégia de política econômica defendida por nossos economistas ortodoxos e, até o momento, seguida pelo Banco Central. Mas, para Cottani, a tese de ser necessário reduzir a inflação para só depois dar

início à redução dos juros é equivocada. Isto porque, a elevada taxa real de juros não somente atrasa a recuperação, que se agrava com a insistência na geração de um mirrado superávit primário, como também é altamente prejudicial para a dinâmica da dívida, que não vai parar de crescer, devido aos seus elevados encargos, mantendo altas as expectativas da inflação, apesar da recessão e do desemprego.

Nessa toada, para ele, ao não se “[...] mediar uma solução definitiva para a insustentabilidade fiscal, [mantém-se livre o caminho para] produzir uma corrida cambial contra os ativos líquidos locais, que, no Brasil, equivalem a quatro vezes as reservas internacionais [...], produzindo-se um salto brusco e inesperado da taxa de inflação”. Um cenário que ele vê como inevitável a médio prazo e que não será revertido com a política econômica atual, devido a este erro de diagnóstico.

Cottani considera, contudo, que existem outros caminhos mais fáceis e profícuos capazes de gerar melhores resultados para resolver o problema fiscal e começar a retirar a economia do “inferno” da recessão. Uma condição para trilhá-los é a de que o Banco Central se afaste temporariamente de seu mandato anti-inflacionário e adote um plano baseado em três pilares:

1) Na suspensão imediata da venda de swaps e de outros instrumentos de proteção cambial, permitindo a este preço encontrar seu ponto de equilíbrio. O custo dessa política de intervenção no mercado de câmbio para administrar a paridade (flutuação suja) tem representado perdas, para o Banco Central, equivalentes, só em 2015, a 2% do PIB, ou a mais de R\$ 120 bilhões;

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-saida-da-crise-brasileira-esta-na-reducao-do-custo-financeiro-da-divida/7/35406>



Resumo de Notícias

29/01/2016 - Carta Maior

Brasília? Itaipu? Não. SUS é a maior obra da história do Brasil

Para recobrar o ânimo, lembre-se que esta terra meio atrapalhada foi pioneira, entre países grandes, a transformar saúde em direito fundamental.

Um dia, no começo dos anos 1990, minha mãe atendeu o telefone e soube que o irmão mais velho estava com o coração por um fio. O rosto da minha mãe congelou, e ficou assim por um tempo, numa expressão dura de impotência e tristeza. Meu tio não tinha convênio médico.

Era uma situação tão difícil quanto previsível. No Jaraguá, bairro da periferia de São Paulo onde meu tio vivia, as pessoas morriam cedo. E não era só lá. Em Pirituba, onde meus avós e algumas tias moravam, a situação era a mesma.

Lembro bem das vizinhas que foram viúvas quase a vida inteira e das pessoas que tinham dois nomes – o segundo era uma homenagem a um irmão morto logo depois do parto. A morte estava por perto. Era só esperar um pouquinho que ela chegaria depois de uma gripe ou de uma festa de domingo.

Essas pessoas – pedreiros, eletricitas, donos de bar, sapateiros – não tinham renda o suficiente para bancar essa despesa nem um pedaço do Estado para pedir ajuda. Plano de saúde era coisa de funcionário público ou de região com muita fábrica, região desenvolvida, coisa do admirado ABC Paulista, onde vivia outra parte da família. Aquele pedaço industrial de São Paulo, na minha cabeça de criança, era intocado por velórios.

Para sorte da família do eixo Jaraguá-Pirituba, o Brasil criou o SUS (Sistema Único de Saúde) em 1988. Como lembra o doutor Drauzio Varella, "nós nos tornamos o único país com mais de 100 milhões de habitantes que ousou oferecer saúde para todos".

Tivemos essa coragem nos anos 1980. Naqueles anos difíceis, uma série de heróis anônimos, de diferentes correntes políticas, criou um consenso. Não é uma questão de políticas do MDB ou da Arena, do PT, PSDB, PMDB ou DEM. O Brasil chegou à conclusão

de que saúde era direito de todo mundo e de que a conta deveria ser rateada entre a população – tanto que colocou isso na Constituição.

Futuros engenheiros

Foi uma das obras mais grandiosas da nossa história – maior do que Brasília, maior do que Itaipu. Essas obras são importantes, claro. Mas a existência do SUS permite que futuros engenheiros sobrevivam ao primeiro ano de vida.

Entre 1990 e 2015, o Brasil derrubou drasticamente a taxa de crianças que morrem com poucos anos de vida. Os médicos da família chegam a milhões de pessoas. A vacinação, o transplante de órgãos e o combate à Aids se transformaram em referências internacionais. Recentemente, foi uma médica do SUS quem descobriu a relação entre zika vírus e microcefalia.

O SUS também salvou algumas vidas familiares. Meu tio com o coração frágil, graças ao sistema público, está vivo e bem até hoje – apesar da sua situação ainda ser preocupante.

O SUS é inspirado nos sistemas de saúde dos países da Europa Ocidental, como o NHS (National Health System) inglês. Admirado e respeitado, foi até homenageado na abertura da Olimpíada de 2012, em Londres.

Para criar um sistema assim, é preciso que o país, em algum momento da sua história, tenha chegado a uma conclusão: saúde não é apenas responsabilidade individual. É direito das pessoas e, portanto, obrigação do Estado.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Brasilia-Itaipu-Nao-SUS-e-a-maior-obra-da-historia-do-Brasil/4/35403>



Resumo de Notícias

29/01/2016 - CUT

Não faltam recursos e Previdência não precisa de reforma

Para Associação de Auditores Fiscais, déficit utilizado como argumento para retirar direitos é um equívoco

Alvo constante de forças que lutam para diminuir o papel do Estado e escancarar as portas da privatização, a Previdência Social mais uma vez está na mira da agenda de cortes.

Para a CUT e setores progressistas, o acesso a esse direito é intocável e para discutir o chamado 'rombo' previdenciário é preciso, primeiro, fazer um resgate histórico.

A Previdência faz parte da Seguridade Social, um amplo cesto que inclui iniciativas de financiamento da saúde (o SUS – Sistema Único de Saúde – e outras políticas), da assistência social (programas como o Fome Zero, o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria) e o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Com a Constituição de 1988, o Brasil adotou a estruturação da Seguridade Social como um direito de todos e estabeleceu que o orçamento viria de receitas obtidas a partir do lucro das empresas – CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) –, do Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), das loterias e da tributação sobre importações e folha de salários.

A ampliação da cobertura a partir daquele momento trouxe impactos positivos para a redução da desigualdade e da pobreza extrema por meio de programas que ganharam estrutura, profundidade e qualidade.

Em 2012, a Previdência Social beneficiou, direta e indiretamente, mais de 90 milhões de brasileiros, de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Já um levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou que, entre 2001 e 2011, a Previdência Social contribuiu com 17% para a queda da desigualdade. E mais, no subperíodo entre 2009-2011, pela primeira vez, os rendimentos da Previdência tiveram maior contribuição (55%) que o mercado de trabalho para a queda

da desigualdade.

O primeiro desmonte do modelo veio no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com medidas como a definição de um teto nominal, a introdução da aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e o fator previdenciário, que achataram o valor médio dos benefícios.

As medidas trocaram ainda o tempo de trabalho pelo de contribuição, reduziram o número de aposentados e retardaram o acesso ao direito, com prejuízos especialmente para os mais pobres que começam a trabalhar cedo.

Mais uma vez, notícias dão conta de que o governo federal acena com novo ajuste, uma reforma que o vice-presidente de Seguridade Social da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais), Décio Bruno Lopes, aponta como desnecessária, se o objetivo for o financiamento do sistema.

Um estudo da associação mostra que mudanças com base na receita não são reais. Com base na arrecadação de 2010 a 2014, a Anfip aponta que a Seguridade Social teve superávit que varia entre R\$ 63,2 bilhões e R\$ 53 bilhões (veja tabela abaixo) e, destaca Lopes, deixa o discurso da reforma como resposta ao lobby da privatização.

Da mesma forma que a CUT defendeu no Fórum Nacional da Previdência, em 2013, o dirigente da Anfip acredita que as possíveis mudanças devam ser medidas que não demandem diminuição de direitos, como uma idade mínima para aposentar, e precisam tratar da cobrança dos maiores devedores, a garantia de que o orçamento da Seguridade Social seja utilizado somente para o financiamento do sistema e que as isenções concedidas pelo governo a diversos setores sejam cobertas pelo Tesouro.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/nao-faltam-recursos-e-previdencia-nao-precisa-de-reforma-396d/>